

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA AUTORIDADE EM REUNIÕES DE UMA EMPRESA DE MOCAJUBA (PA)

**THE DISCURSIVE CONSTRUCTION OF AUTHORITY IN MEETINGS OF A
COMPANY IN MOCAJUBA, PARÁ, BRAZIL**

Linguística & Letras e Artes • 21/07/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/784413130](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/784413130)

Nilza Maria Cardoso Wanzeler¹

Benedita Maria do Socorro Campos de Sousa²

RESUMO

A autoridade em contextos organizacionais constitui uma construção discursiva continuamente produzida e legitimada nas práticas interacionais que organizam o trabalho coletivo. Este artigo tem por objetivo analisar como a autoridade é construída discursivamente em reuniões de uma empresa privada localizada no município de Mocajuba, na Amazônia paraense. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e interpretativa, fundamentada na Análise da Conversação, em diálogo com estudos sobre interação institucional, linguagem, poder e multimodalidade. O corpus é composto por gravações audiovisuais de reuniões institucionais realizadas em uma empresa privada, submetidas à transcrição e à análise conversacional. Os resultados evidenciam que a autoridade é construída e legitimada por meio da organização dos turnos de fala, da coordenação dos tópicos discursivos, da mobilização de recursos linguísticos e multimodais, em articulação com a posição hierárquica do agente de liderança e o reconhecimento interacional dos participantes. O estudo amplia o diálogo entre a Análise da Conversação e os estudos sobre interação institucional ao oferecer evidências empíricas sobre práticas de liderança em um contexto empresarial da Amazônia brasileira ainda pouco explorado pelas pesquisas linguísticas.

Palavras-chave: autoridade; Análise da Conversação; interação institucional; liderança discursiva; reuniões empresariais.

ABSTRACT

Authority in organizational contexts is a discursive construction continuously produced and legitimized through the interactional practices that organize collective work. This article aims to analyze how authority is discursively constructed during meetings held in a private company located in the municipality of Mocajuba, in the

Brazilian Amazon. The study adopts a qualitative, descriptive, and interpretative approach, grounded in Conversation Analysis and informed by studies on institutional interaction, language, power, and multimodality. The corpus consists of audiovisual recordings of institutional meetings conducted in a private company, which were transcribed and examined through conversational analysis. The findings show that authority is constructed and legitimized through the organization of turn-taking, the management of discourse topics, the use of linguistic and multimodal resources, together with the leader's hierarchical position and the interactional recognition provided by the participants. The study contributes to strengthening the dialogue between Conversation Analysis and research on institutional interaction by providing empirical evidence of leadership practices in a business setting in the Brazilian Amazon that has received little attention in linguistic research.

Keywords: authority; Conversation Analysis; institutional interaction; discursive leadership; business meetings.

1. INTRODUÇÃO

A autoridade atravessa as práticas organizacionais e participa da coordenação de atividades coletivas, de processos decisórios e da condução de ações institucionais. Em reuniões empresariais, essa construção depende da participação dos interlocutores, da negociação, e do encaminhamento de decisões que orientam o trabalho da equipe.

Essa autoridade institucional é compreendida como uma prática discursiva construída, negociada, reconhecida e legitimada ao longo da interação. Essa proposta dialoga com a proposta de (Goffman, 2011). Para o autor, a ordem social se produz nos encontros face a

face, nos quais as relações entre os participantes se organizam e as posições assumidas por cada um são continuamente reconhecidas e legitimadas.

Para compreender como essa autoridade se constrói em ambientes institucionais a fundamentação apoia-se na Análise da Conversação e em autores que discutem as relações entre linguagem, poder e interação, como (Goffman, 2011), (Bourdieu, 1989) e (Van Dijk, 2010), que permitem analisar a autoridade como uma prática discursiva que se constrói e se legitima no desenvolvimento da interação.

Embora estudos sobre interação institucional e liderança discursiva tenham se ampliado nas últimas décadas, ainda são escassas pesquisas que investigam como a autoridade se constrói e se legitima em reuniões de empresas privadas, especialmente em contextos amazônicos. Até onde foi possível verificar na literatura consultada, não foram identificados estudos sobre interações em empresas privadas de Mocajuba, no Pará.

Em diferentes áreas, pesquisas têm contribuído para compreender as relações entre linguagem, poder e interação em contextos institucionais. No campo da Administração, as pesquisas concentram-se, em geral, na liderança sob a perspectiva da gestão e das estruturas hierárquicas (Costa, 2012). Nos estudos da linguagem, investigações sobre marcadores conversacionais, organização dos turnos de fala, polidez e construção identitária mostram como os processos interacionais participam da organização das práticas comunicativas (Campos-de-Sousa, 2016; Morais, 2019; Lopes, 2022).

No entanto, essas pesquisas concentram-se em entrevistas, interações cotidianas ou outros contextos informais, enquanto as

práticas discursivas que sustentam a construção e a legitimação da autoridade em reuniões de empresas privadas ainda recebem pouca atenção. É nesse espaço que a presente pesquisa, pretende analisar como a autoridade é construída discursivamente em reuniões de uma empresa privada localizada no município de Mocajuba, na Amazônia paraense.

Diante disso, formula-se a seguinte questão: como a autoridade se constrói discursivamente em reuniões de uma empresa privada na Amazônia Tocantina? Parte-se da hipótese de que esse processo decorre da posição hierárquica ocupada pelo agente de liderança durante o processo interacional.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar como a autoridade é construída discursivamente em reuniões realizadas em uma empresa privada localizada no município de Mocajuba-Pará. De forma específica, pretende-se mostrar como se dá a organização dos turnos de fala no processo interacional; descrever os recursos discursivos mobilizados pela liderança na coordenação do trabalho coletivo; e demonstrar de que modo esses recursos favorecem o reconhecimento e a legitimação da posição de comando pelos demais participantes.

A metodologia adotada é qualitativa, descritiva e interpretativa, com base na Análise da Conversação. O corpus é constituído por reuniões institucionais realizadas na empresa TH Advocacia, registradas em áudio e vídeo e transcritas segundo o modelo de (Marcuschi, 2003). A análise destaca excertos que privilegiam a organização dos turnos de fala, os marcadores conversacionais, as reformulações e os recursos multimodais mobilizados pelos participantes na condução das atividades coletivas.

O quadro teórico articula a Análise da Conversação com contribuições de (Marcuschi, 2003), (Preti, 2010) e (Kerbrat-Orecchioni, 2006), voltadas à organização da fala-em-interação. A discussão sobre autoridade mobiliza (Goffman, 2011), ao tratar a ordem social como realização interacional; (Bourdieu, 1989), ao situar a legitimidade como condição de eficácia do poder simbólico; e (Van Dijk, 2010), ao relacionar discurso, poder e controle de práticas sociais. Esses autores fornecem o suporte analítico para compreender a autoridade como uma realização discursiva construída e legitimada no desenvolvimento da interação.

O estudo amplia o diálogo entre a Análise da Conversação e os estudos organizacionais ao apresentar evidências empíricas sobre práticas de liderança em um contexto empresarial ainda pouco explorado. Além disso, contribui para ampliar a representação de contextos amazônicos na pesquisa linguística e reforça a relevância da região para os estudos sobre interação institucional.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Autoridade Como Prática Interacional

Compreender a autoridade como uma prática interacional implica deslocar o foco da análise da estrutura organizacional para os processos por meio dos quais ela é produzida e reconhecida durante a interação. Nessa perspectiva, a autoridade deixa de ser concebida como um atributo inerente ao indivíduo e passa a ser entendida como uma realização social construída nas atividades comunicativas desenvolvidas pelos participantes. Essa compreensão permite investigar como a autoridade é construída e legitimada por

participantes que ocupam posições institucionais de liderança no curso das práticas discursivas

Em reuniões de trabalho, o comando resulta da articulação entre a hierarquia formal e as práticas discursivas que orientam a interação. A condução de decisões, a distribuição de tarefas e a coordenação do trabalho coletivo dependem também de como essas ações são produzidas, negociadas e reconhecidas durante reuniões institucionais. O cargo assegura direito formal, mas a posição de comando se sustenta na própria atividade conversacional.

Esses procedimentos aproximam-se das perspectivas de (Goffman, 2011), para quem a ordem social é continuamente produzida nos encontros face a face. Ao participar da interação, os sujeitos procuram preservar determinada imagem pública (face), mobilizando diferentes recursos discursivos para sustentar sua credibilidade, orientar a interpretação de suas ações e alcançar o reconhecimento dos demais participantes. Desse modo, o exercício da autoridade resulta da articulação entre o direito formal de conduzir a atividade coletiva e a capacidade de construir uma atuação legitimada na própria interação.

Para (Bourdieu, 1989) , o poder simbólico somente produz efeitos quando é reconhecido como legítimo pelos agentes sociais. Portanto, esse reconhecimento resulta da articulação entre a posição ocupada na estrutura organizacional da empresa e a legitimidade que os interlocutores atribuem a quem conduz a interação.

A legitimidade constitui, assim, uma condição indispensável para que a autoridade possa orientar comportamentos, distribuir

responsabilidades e coordenar ações coletivas.

(Van Dijk, 2010) compreende que o exercício do poder se manifesta pela capacidade de controlar práticas discursivas e influenciar a produção do conhecimento social. Em espaços institucionais, esse controle pode ser observado na seleção dos tópicos discursivos, na distribuição dos turnos de fala, na organização da participação dos interlocutores e na condução das decisões coletivas. Nessa perspectiva, o poder manifesta-se na forma como os participantes organizam e orientam o desenvolvimento da atividade.

Estudos recentes sobre liderança discursiva compreendem a autoridade como um processo construído e negociado durante a interação. Como afirmam (Van de Mierop e Wouters, 2020, p. 189):

Nessa perspectiva, a liderança não é considerada como algo que exista previamente, mas como um fenômeno estabelecido pelos participantes durante a interação. Essa concepção discursiva da liderança relaciona-se com a perspectiva da identidade como um construto social: não se trata de algo que alguém 'possui', mas de um construto transitório, que emerge durante a interação e pode mudar de um turno para outro." (Van de Mierop; Wouters, 2020, p. 189, tradução nossa).

As contribuições discutidas permitem distinguir três conceitos fundamentais para esta pesquisa: liderança, autoridade e

coordenação, que, embora articulados, possuem especificidades conceituais próprias.

Entende-se por liderança a posição institucional ocupada pelo agente responsável pela condução das atividades coletivas da organização. A autoridade, corresponde ao reconhecimento e à legitimidade dessa posição no curso da interação, sendo construída discursivamente por meio da organização dos turnos de fala, da negociação dos encaminhamentos, da mobilização de recursos linguísticos e multimodais e da ratificação dos participantes. A coordenação refere-se ao conjunto de práticas interacionais pelas quais o agente organiza a atividade coletiva, distribuindo a palavra, orientando decisões e promovendo o andamento da reunião. Assim, a liderança constitui a condição institucional para o exercício da função, enquanto a autoridade se consolida na própria interação.

Nessa perspectiva, embora a liderança esteja associada à posição institucional ocupada pelo agente, a autoridade somente se efetiva quando essa posição é reconhecida e legitimada pelos participantes ao longo da atividade interacional. Em contextos institucionais, a coordenação das ações coletivas constitui um dos mecanismos pelos quais essa autoridade é construída, sustentada e ratificada durante o desenvolvimento da reunião.

2.2. Organização Sequencial da Interação e Construção da Liderança

A Análise da Conversação (AC) compreende a interação como uma atividade social organizada pelos próprios participantes. (Sacks, Schegloff e Jefferson, 1974) demonstram que a conversa se desenvolve segundo procedimentos sistemáticos que regulam a

alternância dos turnos de fala, a organização das sequências conversacionais e a realização das ações sociais. Cada turno adquire significado em relação ao que o antecede e ao que projeta como resposta subsequente, formando sequências por meio das quais os participantes negociam sentidos, coordenam ações e constroem a própria ordem da interação.

Em reuniões empresariais, a autoridade se manifesta pela ocupação de uma posição hierárquica e pela capacidade de conduzir a progressão da interação, selecionar tópicos, distribuir a palavra, solicitar esclarecimentos, negociar encaminhamentos e produzir decisões que passam a orientar as ações do grupo. Sob essa perspectiva, a liderança emerge como uma realização interacional continuamente construída na dinâmica da conversa, resultante das práticas discursivas mobilizadas pelos participantes e das relações estabelecidas no contexto organizacional.

Segundo (Kerbrat-Orecchioni, 2006), a conversação constitui um espaço privilegiado de construção das relações sociais. A autora demonstra que a gestão dos turnos de fala, a organização temática, os mecanismos de tomada da palavra e as estratégias de cooperação revelam como os participantes negociam posições, exercem influência e constroem assimetrias interacionais. Nesse sentido, destaca que:



A atividade dialogal tem por fundamento o princípio da alternância, que os pesquisadores em análise conversacional resumem pela fórmula ababab, onde a função locutória deve ser ocupada sucessivamente por diferentes atores. (Kerbrat-Orecchioni, 2006, p. 44).

Esse princípio evidencia que a alternância dos turnos constitui um dos mecanismos centrais da organização da interação. Em contextos institucionais, essa alternância é frequentemente orientada por participantes que assumem a condução da atividade, distribuem a palavra, organizam a participação dos interlocutores e coordenam o desenvolvimento das ações coletivas.

Em contextos institucionais, tais mecanismos tornam-se particularmente relevantes porque evidenciam como determinados participantes assumem a condução da atividade coletiva e obtêm o reconhecimento dos demais interlocutores.

(Marcuschi, 2003) ressalta que a oralidade se caracteriza por um processo contínuo de monitoramento e negociação de sentidos. Reformulações, retomadas, esclarecimentos, hesitações e ajustes sucessivos constituem procedimentos da interação que permitem aos participantes reorganizar informações, resolver ambiguidades e construir entendimentos compartilhados.

Em reuniões organizacionais, esses mecanismos revelam como a liderança adapta suas orientações às demandas que surgem

durante a interação, reorganizando continuamente o desenvolvimento da atividade coletiva.

Essa perspectiva tem sido ampliada por estudos recentes sobre interação institucional. (Mondada, 2018), ao investigar reuniões de trabalho e outros contextos organizacionais, demonstra que a coordenação das atividades coletivas depende da maneira como os participantes constroem sequencialmente suas ações, negociam responsabilidades e administram o progresso das tarefas em curso. Os resultados evidenciam que a autoridade se constrói e se legitima por meio da organização dos turnos de fala, da coordenação dos tópicos discursivos, da mobilização de recursos linguísticos e multimodais e do reconhecimento interacional dos participantes, em articulação com a posição hierárquica do agente de liderança. Essa abordagem aproxima-se diretamente do presente estudo, uma vez que permite compreender as reuniões empresariais como espaços nos quais a autoridade é continuamente construída e ratificada ao longo da interação.

A multimodalidade constitui um dos fundamentos dessa perspectiva analítica. Como afirma (Mondada, 2019, p. 1):

A noção de multimodalidade refere-se aos recursos que os participantes da interação social mobilizam para tornar suas ações publicamente inteligíveis; esses recursos incluem a linguagem em seus diversos aspectos (prosódia, sintaxe, léxico etc.), bem como comportamentos corporais, como gestos, direção do olhar, expressões faciais, posturas corporais, movimentos, entre outros." (Mondada, 2019, p. 1, tradução nossa).

Nessa perspectiva, a organização sequencial da interação resulta da articulação entre diferentes recursos semióticos mobilizados pelos participantes. Esses recursos participam da construção das ações sociais, orientam a tomada de turnos, indicam alinhamentos e contribuem para a coordenação das atividades coletivas. Assim, a liderança é construída pelo que se diz e pela forma como os participantes organizam a interação mediante a articulação entre fala, gestos, olhares, movimentos corporais e manipulação de objetos.

Essa perspectiva mostra-se particularmente relevante para o presente estudo, uma vez que as reuniões analisadas evidenciam a ocorrência recorrente de gestos, apontamentos, direcionamento do olhar e outros comportamentos multimodais registrados durante as dinâmicas interacionais. Como define (Mondada. 2019, p. 27):

A organização distribuída dos detalhes multimodais, bem como sua precisão temporal e sua localização, constitui configurações multimodais complexas que são, ao mesmo tempo, indexicais — por dependerem da ecologia local e das contingências da ação em curso — e sistemáticas." (Mondada, 2019, p. 27, tradução nossa).

Esses recursos, organizados de forma situada e sequencial, constituem elementos centrais da ação social. Nas reuniões empresariais analisadas, eles participam da construção da autoridade, da coordenação das atividades coletivas e da organização da participação dos interlocutores.

Desse modo, compreender a construção discursiva da autoridade exige analisar a organização sequencial da interação em sua complexidade, considerando tanto a alternância dos turnos de fala quanto os diferentes recursos verbais e multimodais mobilizados pelos participantes. É por meio dessa articulação entre sequência conversacional, coordenação da atividade coletiva e multimodalidade que a liderança se constitui como uma prática interacional continuamente negociada e legitimada durante o desenvolvimento das reuniões empresariais.

2.3. Recursos Discursivos na Coordenação das Atividades Coletivas

A organização sequencial da interação permite compreender como a liderança se constitui durante a conversa, os recursos discursivos

mobilizados pelos participantes tornam possível explicar de que maneira essa coordenação acontece. Em reuniões organizacionais, a condução das atividades depende da distribuição dos turnos de fala, da utilização de diferentes recursos linguísticos e multimodais que orientam a progressão temática, negociam significados, produzem alinhamentos e favorecem o desenvolvimento da atividade coletiva.

Nesse processo, destacam-se elementos específicos da dinâmica conversacional que operam diretamente na organização da interação. Para (Preti, 2010), os marcadores conversacionais são responsáveis por introduzir tópicos, indicar mudanças temáticas, alinhar decisões, manter a atenção dos interlocutores e regular a alternância dos turnos de fala. Em contextos institucionais, os marcadores tornam-se particularmente relevantes porque contribuem para organizar a dinâmica da reunião, orientar os participantes e sinalizar os diferentes momentos da atividade coletiva.

A reformulação é outro tipo de recurso muito utilizado nas interações, sejam elas formais ou informais. Segundo (Marcuschi, 2003), reformular significa reconstruir parcial ou totalmente um enunciado produzido anteriormente, a fim de esclarecer informações, reduzir ambiguidades, enfatizar aspectos relevantes ou reorganizar o desenvolvimento da fala. Em reuniões empresariais, as reformulações permitem consolidar decisões, reafirmar prioridades, negociar entendimentos e assegurar que os participantes compartilhem interpretações acerca das atividades em andamento, ou seja, essas reconstruções discursivas, desempenham importante função na coordenação das ações coletivas.

Além dos recursos estritamente verbais, a interação mobiliza diferentes elementos multimodais que participam da construção dos sentidos e da organização da atividade coletiva. (Gumperz, 1982, p. 131) conceitua as pistas de contextualização como quaisquer marcas de forma linguística que contribuem para a sinalização de pressuposições contextuais. Nesse conjunto incluem-se gestos, direção do olhar, movimentos corporais, pausas, entonação e outros recursos que orientam os participantes na interpretação das ações comunicativas, favorecendo a construção de enquadres, o alinhamento entre os interlocutores e a compreensão das intenções discursivas.

(Ribeiro e Garcez, 2002) ressaltam que a construção dos sentidos resulta da articulação entre fala, gestos, olhares e demais recursos não verbais que integram uma única ação interacional. Segundo os autores:

Muitas dimensões de diferença na forma de atuação interacional, além das diferenças de postura e proxêmica, podem ter valor contrastivo como pistas de contextualização — mudanças de tom e altura da voz, e outras características prosódicas; alterações no código linguístico, estilo e tópico; mudanças no andamento e organização rítmica da fala e da movimentação corporal; mudanças na direção do olhar e na expressão facial; mudanças no número de falantes e ouvintes. (Ribeiro; Garcez, 2002, p. 145)

Essa perspectiva evidencia que a interpretação das ações comunicativas depende da integração entre recursos verbais e não verbais, cuja articulação orienta os participantes na construção dos sentidos produzidos durante a interação. Em reuniões organizacionais, esses elementos tornam-se fundamentais para compreender como orientações são reforçadas, prioridades são enfatizadas e decisões são legitimadas pelos participantes.

Pesquisas recentes sobre liderança discursiva ampliam essa compreensão ao demonstrar que a coordenação das atividades coletivas depende da mobilização integrada desses diferentes recursos interacionais.

Mondada (2018) argumenta que a organização da participação em contextos institucionais se realiza por meio de práticas interacionais situadas, pelas quais os participantes distribuem responsabilidades, coordenam ações e orientam o desenvolvimento das tarefas em curso, evidenciando que a autoridade emerge da articulação entre a dinâmica da interação e a posição hierárquica ocupada pelos participantes. Esses aspectos assumem relevância na análise das práticas institucionais, pois integram os processos de construção da autoridade e da coordenação das ações.

Essa perspectiva aproxima-se das contribuições de (Van de Mierop e Wouters, 2020), para quem a liderança constitui uma realização colaborativa continuamente negociada durante a atividade conversacional.

Diferentes estudos sobre interação em contextos institucionais evidenciam que perguntas, reformulações, estratégias de atenuação, episódios de humor e mecanismos de envolvimento

interpessoal desempenham funções decisivas na coordenação das reuniões e na construção da organização da atividade. (Kerbrat-Orecchioni, 2006) demonstra que tais recursos operam diretamente na gestão da interação, favorecendo o alinhamento entre os participantes, a manutenção da cooperação e a negociação de sentidos no desenvolvimento da atividade conjunta. Essas estratégias contribuem para reduzir potenciais conflitos, orientar a progressão da fala e legitimar as decisões produzidas coletivamente.

Desse modo, a organização da interação, os diferentes recursos linguísticos e multimodais empregados ao longo da reunião, são marcados por recursos estratégicos que visam a organização e o desenvolvimento da atividade coletiva, permitindo por meio das análises dos dados, compreender como a autoridade é construída discursivamente nas reuniões da empresa investigada.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza descritiva e interpretativa, fundamentada nos pressupostos da Análise da Conversação (Sacks; Schegloff; Jefferson, 1974). O presente estudo constitui um recorte da dissertação de mestrado intitulada “Linguagem e poder na Amazônia: estratégias discursivas de agentes de liderança na cidade de Mocajuba – Pará”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Pará. Enquanto a pesquisa de origem contempla interações em instituições públicas e privadas, este artigo concentra-se na análise de reuniões realizadas na empresa TH Advocacia, localizada no município de Mocajuba, na Amazônia Tocantina.

O município de Mocajuba integra a região do Baixo Tocantins, na Amazônia Paraense, caracterizada por intensas relações entre espaços urbanos e comunidades ribeirinhas, nas quais as instituições locais participam da prestação de serviços e da organização da vida social. Nesse contexto, o escritório investigado atua principalmente nas áreas do direito previdenciário e bancário, realizando atendimento à população do município e de localidades vizinhas.

As reuniões analisadas constituem momentos de planejamento, avaliação de resultados e definição de estratégias de atuação da equipe, configurando-se como um contexto privilegiado para observar como a autoridade é construída e legitimada nas interações profissionais.

O corpus analisado neste artigo é constituído por uma reunião realizada na empresa TH Advocacia, com duração aproximada de 40 minutos. Participaram das interações um agente de liderança (AG2) e cinco colaboradores, identificados por códigos alfanuméricos para preservar o anonimato.

Os excertos selecionados correspondem a sequências interacionais recorrentes nas quais se evidenciam práticas relacionadas à construção discursiva da autoridade, à organização dos turnos de fala, à coordenação das atividades coletivas e à negociação de decisões. Os registros gravados foram transcritos segundo o modelo adaptado de (Marcuschi, 2003), com intuito de preservar fenômenos como pausas, sobreposições, hesitações, alongamentos vocálicos, truncamentos e aspectos entoacionais. Para auxiliar o processo de transcrição, empregaram-se as ferramentas Whisper e FFmpeg, executadas em ambiente Google Colaboratory. As transcrições

geradas automaticamente foram posteriormente revisadas manualmente mediante confronto com os registros audiovisuais, assegurando maior fidelidade aos fenômenos interacionais analisados. Em conformidade com os princípios éticos da pesquisa, os participantes foram identificados por códigos alfanuméricos, sendo AG2 utilizado para representar o agente de liderança e CTH1 a CTH5 para identificar os colaboradores, preservando-se suas identidades.

A análise focou em sequências interacionais nas quais o agente de liderança coordenava atividades, distribuía tarefas, conduzia decisões e negociava encaminhamentos com a equipe. A seleção dos excertos baseou-se em sua relevância analítica e na recorrência de práticas conversacionais relacionadas ao problema de pesquisa, priorizando sequências que evidenciassem a construção discursiva da autoridade durante a interação. Para tanto, foram examinados aspectos como a organização dos turnos de fala, o emprego de marcadores conversacionais, reformulações e recursos multimodais, buscando compreender de que modo esses elementos contribuem para a legitimação da autoridade e para a coordenação das atividades coletivas.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. Organização dos Turnos de Fala

De acordo com as transcrições do corpus desta pesquisa, evidencia-se que a organização dos turnos de fala se estrutura por meio de procedimentos interacionais conduzidos, em grande parte, pelo líder da empresa, denominado aqui pelo código (AG2), responsável por iniciar tópicos, selecionar os participantes, distribuir a palavra e

encaminhar o fechamento das discussões. Por meio dessa dinâmica percebe-se que a sequência conversacional constitui um mecanismo que organiza a atividade coletiva e constrói o alinhamento entre os membros da equipe.

O excerto a seguir ilustra o início da reunião:

Excerto 1

AG2: *Bom pessoal [...] hoje eu vou apresentar os problemas aqui... essa reunião é exclusiva para nossa equipe de venda [...] junto a gente vai buscar soluções [...] eu quero que vocês deem a opinião de vocês [...] eu vou apresentar o primeiro problema [...] nossa reunião só tem 30 minutos, eu quero saber na tua visão como é que a gente pode resolver essas pendências [...] começar primeiro contigo, CTH3 [...]*

TH1: *Eu acredito assim doutor...*

AG2: *O que vocês acham? Quantos dias, CTH2, tu precisa para resolver a pendência de um cliente?*

AG2 – *tá, CTH4, quantos dias tu acha?*

Fonte: material transcrição

Desde o início da reunião, o AG2 estabelece o enquadre da interação ao definir o objetivo do encontro, delimitar o tema (pendências), estabelecer o tempo disponível e indicar explicitamente quem deverá ocupar o próximo turno.

No contexto da empresa investigada, a seleção nominal dos participantes organiza a alternância dos turnos e produz um efeito

de responsabilização individual perante o grupo. Ao indicar explicitamente quem deve assumir o próximo turno, o AG2 reduz disputas pela palavra, mantém o foco temático e reforça sua posição de coordenador da atividade coletiva. Esse funcionamento dialoga com a organização dos turnos descrita por (Sacks, Schegloff e Jefferson, 1974), mas evidencia, neste contexto institucional, que a distribuição da palavra também opera como recurso de construção da autoridade.

As sequências interacionais desenvolvidas durante a reunião evidenciam que a organização dos turnos de fala estrutura a participação dos colaboradores, viabiliza a administração das negociações e orienta os encaminhamentos das decisões coletivas pelo agente de liderança. Embora os participantes tenham espaço para apresentar justificativas e restrições, a condução da interação permanece sob responsabilidade do AG2, que orienta a progressão da atividade em direção à definição de encaminhamentos consensuais, como evidencia o trecho a seguir:

Excerto 2

AG2 – *Ó alinhamento de cliente, olha o que eu tô falando alinhamento de cliente no sábado com CTH6, certo?*

CTH6 - Certo

AG2 - *CTH5 pra ti?*

CTH5 – Certo.

AG2 – *Certo CTH3 pra ti?*

CTH3 – Doutor pra mim, pra mim, fica meio complicado né, que o senhor sabe que eu tenho...

AG2 – *Mas tu pode escolher sexta então.*

CTH3 – Eu posso vir na sexta, não no sábado das onze horas em diante.

Fonte: material transcrição

No trecho acima, o AG2 mantém o controle da sequência conversacional ao consultar individualmente cada colaborador sobre a proposta apresentada. A repetição da pergunta dirigida nominalmente a cada participante organiza a alternância dos turnos e assegura que cada interagente manifeste sua posição antes da definição do encaminhamento. Quando o CTH3 apresenta uma dificuldade para cumprir o horário, o AG2 apresenta imediatamente uma alternativa, conduzindo a conversa para uma solução que preserva os objetivos da atividade.

Essa estratégia evidencia que a autoridade se manifesta pela capacidade e percepção que o AG2 tem de administrar divergências sem comprometer o desenvolvimento da organização da interação. Esse funcionamento evidencia que a distribuição dos turnos

organiza a negociação de modo a preservar a progressão temática da reunião e reforçar a coordenação exercida pelo AG2. Essa interpretação dialoga com a proposta de (Sacks, Schegloff e Jefferson, 1974), segundo a qual a distribuição dos turnos constitui um mecanismo de organização da conversa.

Ao aceitar a justificativa do CTH3 e, ao mesmo tempo, redefinir o encaminhamento, o AG2 preserva sua posição de coordenador da atividade coletiva. Conforme (Kerbrat-Orecchioni, 2006), as interações institucionais caracterizam-se por uma assimetria funcional, na qual determinados participantes detêm maior responsabilidade pela condução da atividade e pela gestão das contribuições dos demais.

4.2. Recursos Discursivos Mobilizados na Coordenação do Trabalho Coletivo

Diante das análises, pode-se observar que a coordenação das atividades coletivas se realiza pela mobilização de diferentes recursos discursivos que organizam a participação dos colaboradores.

As perguntas retóricas constituem um dos recursos mais recorrentes na interação da empresa TH Advocacia, pois o AG2 convida cada participante a expor sua avaliação acerca das pendências encontradas no atendimento aos clientes e esse convite na maioria das vezes vem em forma de pergunta.

Excerto 3

AG2: *Eu queria saber na visão de vocês como é que a gente pode resolver essas pendências dos nossos clientes [...] nossa reunião só tem trinta minutos, eu quero saber na tua visão como é que a gente pode resolver essas pendências?*

CTHI: *Eu acredito assim doutor...*

Fonte: material transcrição

Essas perguntas visam a organização da reunião. Ao solicitar explicitamente a opinião de cada colaborador, o AG2 amplia a participação da equipe e produz um ambiente em que as decisões são construídas a partir das contribuições do grupo.

Para (Preti, 2010) , os marcadores interrogativos e as estratégias de solicitação da palavra organizam a dinâmica conversacional, introduzem novos tópicos e favorecem o alinhamento entre os participantes. Nesse contexto, as perguntas deixam de cumprir apenas uma função informativa e passam a coordenar o desenvolvimento da atividade coletiva.

Entre as estratégias mais recorrentes destaca-se a repetição como mecanismo de pressão argumentativa e focalização temática.

Excerto 4

AG2 – tá, CTH4, quantos dias tu acha? Esses dias que eu tô falando é pra servir, vai servir como base, e dentro desses dia a gente tem que resolver, salvo no último, no último do caso de ter alguma pendência. Porque eu quero alinhar com vocês aqui, chegar, nós estamos na questão primeiro, na temática da pendência. Quantos dias, quantos dias, quantos dias pra você? [[AG2 apontando para cada um que já falou e agora para a próxima]].

Fonte: material transcrição

A repetição é um dos recursos mais recorrentes na condução da reunião. No excerto, a retomada sucessiva da expressão "quantos dias" desloca a atenção dos participantes para um único aspecto da discussão, mantendo o foco da interação na definição de um prazo comum para o tratamento das pendências.

Segundo (Marcuschi, 2003), as repetições integram o funcionamento da oralidade na organização da interação, permitindo enfatizar informações, manter a progressão temática e orientar a construção dos sentidos. No trecho analisado, ao reiterar a mesma pergunta o AG2 reforça o objetivo da discussão e sinaliza que a definição do prazo constitui o eixo central da decisão a ser construída pelo grupo.

O gesto de apontar para os participantes articula-se à repetição do enunciado, orientando visualmente a distribuição da palavra e indicando quem deverá assumir o próximo turno. Na perspectiva de

(Mondada, 2018), a fala, os gestos e o direcionamento do olhar integram uma mesma ação interacional, contribuindo para a coordenação das atividades coletivas. Nesse contexto, a repetição verbal associada aos recursos multimodais fortalece a condução da reunião e evidencia que a autoridade do líder se manifesta na capacidade de organizar a participação dos colaboradores e encaminhar a interação para a construção de um consenso operacional.

Além das repetições, a reformulação aparece frequentemente associada à necessidade de detalhar regras, delimitar procedimentos e estabilizar interpretações.

Excerto 5

Ex: AG2 – Tá não, então eu vou definir o prazo de três dias. [...] Porque aí, quando tá na conta, eu falo: nós não ajuizamos ações de dinheiro que está na conta do cliente que contrata. [...] Só se não caiu na conta do cliente, se o cliente disser que ele não fez, esses são os tipos de ações que nós vamos ajuizar.

Fonte: material transcrição

Nesse exemplo, o AG2 reformula o encaminhamento apresentado anteriormente, de maneira explícita, o prazo de três dias para o ajuizamento das ações e, em seguida, detalhar as situações em que esse procedimento deve ser adotado. Nesse caso, o líder reconstrói seu enunciado por meio de explicações e exemplificações, delimitando as condições de aplicação da regra e reduzindo possíveis ambiguidades na interpretação dos colaboradores.

Segundo (Marcuschi, 2003), a reformulação constitui um recurso próprio da oralidade que permite reorganizar o discurso, esclarecer informações e produzir entendimentos entre os participantes. Na reunião analisada, estratégias desse tipo tornam as orientações mais claras e favorece os procedimentos de trabalho, garantindo que a equipe compreenda os critérios que deverão orientar suas ações.

Nesse contexto, a reformulação atua como mecanismo de coordenação discursiva, permitindo que as decisões construídas durante a reunião sejam convertidas em normas compartilhadas para a atuação da equipe.

Excerto 6

Ex: [[No início da reunião, todos se olham, pegam papel e caneta e sorriem, enquanto o líder AG2 brinca de cabeça baixa com uma caneta na mão]]

AG2 - Tem caneta aí? Porque hoje nós vamos alinhar algumas situações aqui. [...]

G2 [[simulando o cliente respondendo]] - Ah, meu filho, o governo tá roubando. [...]

AG2 - A gente tem que parar e pensar. Eu falo para vocês. Quem tem humildade, abre porta. Quem tem arrogância. Quem não quer aprender. Quem coloca dificuldade. Não interessa. A gente tem que agradar a Deus e o nosso trabalho. Porque não é, por que eu estou aqui. É por quem. [[AG2 apontando para cada um dos colaboradores]] Tu tem esposa, tu tem filho. Tu tem namorada, tu tem filho. Nós estamos aqui por eles.

Fonte: material transcrição

Os trechos selecionados evidenciam que a coordenação da atividade coletiva se realiza por meio dos enunciados verbais e pela mobilização de diferentes recursos multimodais. No início da reunião, os participantes pegam papel e caneta, enquanto o AG2 manipula uma caneta e pergunta: "Tem caneta aí? Porque hoje nós vamos alinhar algumas situações aqui." Essa sequência organiza o enquadramento da atividade, sinalizando que a interação passará a assumir um caráter institucional voltado à definição de orientações e procedimentos.

Ao longo da reunião, o AG2 recorre a diversas estratégias como: a simulação da fala de um cliente, pausas, gestos de apontar para os colaboradores e ao direcionamento do olhar para reforçar suas orientações. Esses recursos ampliam o alcance do enunciado verbal e favorecem o envolvimento dos participantes na construção dos sentidos. Na perspectiva de (Mondada, 2018), a interação é produzida pela articulação entre fala, gestos, movimentos corporais e manipulação de objetos, elementos que participam conjuntamente da organização sequencial das ações.

No excerto 6, o apontamento direcionado aos colaboradores e a manipulação da caneta integram a própria condução da reunião e orientam a participação do grupo.

A simulação da fala do cliente e o uso de expressões de apelo interpessoal (Tu tem esposa, tu tem filho... nós estamos aqui por eles) também funcionam como pistas de contextualização que orientam a interpretação da mensagem e aproximam os colaboradores da situação retratada. Conforme (Gumperz, 1982), esses recursos permitem aos participantes interpretar o enquadre da interação e compreender as intenções comunicativas do falante para além do conteúdo literal dos enunciados. Nesse contexto, a combinação entre recursos verbais e multimodais fortalece a coordenação do trabalho coletivo, ao tornar as orientações mais significativas e favorecer o alinhamento dos colaboradores em torno dos objetivos institucionais.

4.3. Construção Discursiva da Autoridade na Interação Institucional

Os dados analisados demonstram que a autoridade exercida pelo AG2 decorre da posição hierárquica que ocupa na organização, no entanto, essa posição é continuamente construída e legitimada ao longo da interação. A reunião evidencia que a liderança se materializa por meio de práticas discursivas que articulam coordenação, negociação, orientação e produção de consenso, permitindo que o gestor conduza a atividade coletiva por meio da coordenação, da negociação e da produção de consenso.

A construção desse acordo evidencia que a autoridade resulta da articulação entre a posição hierárquica ocupada pelo líder e o reconhecimento de sua legitimidade pelos demais participantes da interação. Para (Bourdieu, 1989), o poder simbólico somente produz efeitos quando é socialmente reconhecido como legítimo. No contexto analisado, AG2 procura fortalecer essa legitimidade ao substituir uma postura impositiva pela negociação de encaminhamentos coletivos.

O modo de conduzir a reunião aproxima-se da perspectiva de (Van de Mierop e Wouters, 2020), para quem a liderança é realizada colaborativamente por meio de práticas discursivas que favorecem o alinhamento dos participantes e o comprometimento com as decisões produzidas durante a atividade. Assim, a autoridade manifesta-se como resultado de uma coordenação interacional reconhecida e aceita pelo grupo. Essa legitimação também se manifesta quando o líder transforma contribuições individuais em decisões institucionais:

Excerto 7

AG2: *Então o martelo dela aqui: três dias. Acordado?*

CTH4: *Acordado.*

CTH3: *Tá.*

Fonte: material transcrição

Nesse episódio, observa-se que AG2 sintetiza as opiniões apresentadas e confere caráter normativo ao consenso construído durante a discussão. A expressão "bater o martelo" simboliza a passagem da negociação para a institucionalização da decisão. O acordo deixa de pertencer aos interlocutores individualmente e passa a integrar o conjunto de regras que orientarão as práticas futuras da equipe.

Sob a perspectiva de (Van de Mierop e Wouters, 2020), esse movimento evidencia que a liderança se constrói colaborativamente na própria interação, por meio das ações coordenadas entre os participantes. Embora AG2 coordene a reunião, sua autoridade é continuamente confirmada pela participação dos colaboradores, que respondem às perguntas, aceitam as orientações, complementam informações e validam as decisões construídas durante a atividade.

Outro aspecto relevante refere-se ao uso recorrente de justificativas e explicações para fundamentar as orientações apresentadas. Em vez de limitar-se à emissão de ordens, AG2 procura explicar os motivos que sustentam cada decisão organizacional:

Excerto 8

AG2: *Vocês perdem tempo, nós perdemos tempo, nós gastamos papel, nós gastamos energia.*

Fonte: material transcrição

Ao justificar as normas institucionais, o líder desloca o foco da obediência para a racionalidade organizacional. As regras passam a ser compreendidas como instrumentos destinados à melhoria do desempenho coletivo, e sem imposição da direção do escritório. Essa estratégia discursiva fortalece a legitimidade da autoridade, pois favorece a compreensão e a adesão dos participantes aos procedimentos estabelecidos.

A construção da autoridade também ocorre por meio da valorização dos colaboradores. Em diversos momentos, AG2 reconhece competências individuais, destaca desempenhos positivos e atribui funções estratégicas aos membros da equipe:

Excerto 9

AG2: *A CTH4 não é enfeite nem fantoche (...) eu coloquei ela como líder de vocês (...) ela está aqui para passar o que ela sabe.*

Fonte: material transcrição

Ao reconhecer publicamente a competência de CTH4, AG2 distribui responsabilidades e amplia a rede de liderança dentro da organização. Esse movimento evidencia que a autoridade é

compartilhada entre o gestor principal e outros membros da equipe que demonstram conhecimento técnico e capacidade de coordenação. Tal prática reforça a legitimidade institucional das lideranças intermediárias e favorece a descentralização das atividades.

Essa distribuição da autoridade aproxima-se da concepção de capital simbólico proposta por (Bourdieu, 1989). Para o autor, o reconhecimento social constitui condição para que determinados indivíduos sejam legitimados como portadores de autoridade. Na reunião analisada, AG2 utiliza sua própria posição institucional para conferir legitimidade à atuação de CTH4, fortalecendo sua credibilidade perante os demais colaboradores.

Outro recurso significativo consiste na utilização de narrativas autobiográficas para sustentar a própria imagem de líder. Ao compartilhar experiências relacionadas à disciplina, ao estudo e ao desenvolvimento pessoal, AG2 constrói uma identidade coerente com as orientações que apresenta à equipe:

Excerto 10

AG2: *Eu nunca me canso de querer aprender (...) todo dia quatro e meia, cinco horas eu estou fazendo a minha parte...*

Fonte: material transcrição

Essas narrativas produzem um efeito de autenticidade. Ao apresentar-se como alguém que adota os comportamentos que recomenda aos colaboradores, o líder fortalece sua credibilidade e

reduz possíveis assimetrias entre discurso e prática. A autoridade, nesse contexto, resulta da articulação entre o cargo ocupado e a construção de um *ethos* de competência, comprometimento e exemplo pessoal.

Sob a perspectiva de (Van Dijk, 2010), observa-se ainda que AG2 exerce controle sobre o contexto comunicativo ao definir os temas legítimos da reunião, estabelecer prioridades, controlar a distribuição da palavra e determinar os encaminhamentos finais. Esse controle organiza suas contribuições em torno dos objetivos institucionais, permitindo que o poder se manifeste como coordenação da ação coletiva.

Em síntese, os resultados demonstram que a autoridade, na TH Advocacia, constitui uma realização discursiva continuamente produzida na interação. Ela emerge da articulação entre gestão dos turnos, negociação de consensos, justificativas, reconhecimento das competências dos colaboradores e compartilhamento de responsabilidades. Desse modo, a liderança observada distancia-se de um modelo estritamente hierárquico e aproxima-se de uma perspectiva interacional, na qual a autoridade é legitimada pelos próprios participantes à medida que estes reconhecem o direito do líder de orientar decisões e coordenar o trabalho coletivo. Esses resultados respondem diretamente ao terceiro objetivo específico da pesquisa e reforçam a compreensão de que liderança e autoridade são fenômenos construídos na linguagem, por meio das práticas conversacionais que organizam o cotidiano institucional.

5. CONCLUSÃO

Os dados analisados nesta pesquisa mostram que a autoridade, nas reuniões da empresa TH Advocacia, empresa sediada no município de Mocajuba, na região do Baixo Tocantins, no estado do Pará, se constitui ao longo da interação entre os participantes. A posição hierárquica do agente de liderança favorece a condução da reunião, mas é o reconhecimento construído pelos colaboradores durante a interação que confere legitimidade ao exercício da liderança e permite a coordenação da atividade coletiva.

Essa constatação confirma parcialmente a hipótese inicial ao demonstrar que a posição hierárquica estabelece as condições institucionais para o exercício da liderança, enquanto a autoridade se consolida por meio da coordenação da interação, da negociação dos encaminhamentos e da legitimação produzida pelos participantes durante a reunião. A autoridade manifesta-se, assim, como uma prática discursiva que organiza a participação dos colaboradores, orienta a realização das atividades institucionais e favorece a construção de decisões compartilhadas.

O estudo contribui para ampliar o campo empírico da Análise da Conversação ao examinar a construção discursiva da autoridade em uma organização empresarial situada na Amazônia Tocantina. Também amplia as discussões sobre linguagem e poder ao demonstrar que a liderança se constitui pela articulação entre a organização da interação e os processos de legitimação que sustentam o exercício da autoridade em contextos institucionais.

Como recorte de uma pesquisa de mestrado, o estudo concentra-se na análise das interações de uma organização privada e de um agente de liderança específico, delimitando o alcance dos resultados ao contexto investigado. Novas pesquisas poderão desenvolver

análises comparativas entre organizações públicas e privadas, diferentes configurações de liderança e distintos contextos institucionais, ampliando a compreensão das práticas discursivas que sustentam a construção da autoridade em contextos amazônicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CAMPOS-DE-SOUSA, Benedita Maria do Socorro. **A polidez em entrevistas de falantes de português de Cabo Verde e Timor-Leste**. 2016. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

COSTA, Leda Maria da Silva Senra. **A influência do poder na gestão estratégica de pessoas**. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face**. Petrópolis: Vozes, 2011.

GUMPERZ, John J. **Discourse strategies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **Análise da conversação: princípios e métodos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

LOPES, João Pedro Marinho. **Análise de marcadores conversacionais em interações de adultos e adolescentes**. Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2022.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da conversação**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2003.

MONDADA, Lorenza. **Multiple temporalities of language and body in interaction: Challenges for transcribing multimodality**. *Research on Language and Social Interaction*, v. 51, n. 1, p. 85–106, 2018.

MONDADA, Lorenza. **The multimodal organization of social interaction**. In: *The Routledge Handbook of Language and Interaction*. London: Routledge, 2019. p. 1-30.

MORAIS, Fernando Leite. **Estratégias de interação entre jovens do grupo Funk**. 2019. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

PRETI, Dino. **Análise de textos orais**. São Paulo: Contexto, 2010.

RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. (org.). **Sociolinguística interacional**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

SACKS, Harvey; SCHEGLOFF, Emanuel A.; JEFFERSON, Gail. **A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation**. *Language*, v. 50, n. 4, p. 696–735, 1974.

VAN DE MIEROOP, Dorien; WOUTERS, Jolien. **Co-liderazgo en interacción: un análisis del discurso multimodal durante una reunión de un movimiento juvenil**. *Logos: Revista de Lingüística, Filosofía y Literatura*, La Serena, v. 30, n. 2, p. 187-205, 2020. DOI: 10.15443/RL3016.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

¹ Mestranda em Estudos da Linguagem, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, UFPA.. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

² Doutora em Letras, professor (a) da Faculdade de Linguagem, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, UFPA. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)